

ÍNDICE

I. Introdução.....	2
II. Eleições do Conselho e da Diretoria	4
III. Sócio Honorário	4
IV. 6º Congresso Brasileiro de Jornais	4
V. Comitês da ANJ	5
VI. Atividades dos Comitês	6
1. Comitê Anunciante	6
2. Comitê de Associados.....	9
3. Comitê de Gestão.....	10
4. Comitê de Liberdade de Expressão.....	11
5. Comitê de Relações Governamentais.....	13
6. Comitê de Relações Internacionais.....	16
7. Comitê de Tecnologia e Operações.....	17
8. Comitê Editorial.....	17
9. Comitê Jurídico.....	19
10. Comitê Mercado Leitor.....	22
11. Comitê de Responsabilidade Social.....	23
VII. Atividades da Diretoria Executiva.....	25

***Relatório apresentado na Assembléia Geral da ANJ
Brasília, 11 de dezembro de 2007.***

I. INTRODUÇÃO

A indústria jornalística brasileira alcançou em 2006 uma das melhores performances dos seus últimos anos, com a circulação dos jornais aumentando 6,5% em relação ao ano anterior, o que elevou para 7.230.285 o número de exemplares diários vendidos em média no país. A expectativa, diante dos levantamentos preliminares, é que 2007 confirme essa tendência de crescimento da venda de jornais no Brasil.

A fase de recuperação iniciou em 2004, depois de três anos de queda na venda de jornais. Tanto o período de declínio quanto o de recuperação têm como principal razão o desempenho da economia brasileira.

País em processo de desenvolvimento, com grande parcela de sua população com baixo nível de renda, o Brasil é um exemplo clássico da relação direta entre o quadro geral da economia e a venda de jornais. De 2001 a 2003, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a taxas reduzidas, refletindo na queda da circulação dos jornais. A partir de 2004, começou um período de reaquecimento da economia, dessa vez beneficiando a indústria jornalística. Com aumento do poder aquisitivo, os brasileiros passaram a comprar mais jornais. Em 2006, o PIB brasileiro, agora calculado por nova metodologia, cresceu 3,7%.

Em 2006 e 2007, a indústria jornalística brasileira trabalhou forte para conquistar os consumidores de renda mais baixa, com novos lançamentos de jornais populares, a preços mais baratos que os dos jornais tradicionais. De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), principal entidade auditora da mídia impressa no país, os jornais populares foram, em grande parte, os responsáveis pelo aumento da circulação.

A conquista do grande contingente da população brasileira que não compra jornais em função do preço, da falta de hábito de leitura ou, simplesmente, por analfabetismo permanece como desafio para a indústria jornalística do país. A expectativa é de que, na medida em que o país avançar em seu desenvolvimento, com melhor distribuição de renda e decréscimo dos índices de analfabetismo, os jornais poderão avançar na circulação.

Ao mesmo tempo, junto às parcelas da população com hábito de leitura e de maior poder aquisitivo, a indústria jornalística brasileira prossegue investindo em soluções criativas para conquista de novos consumidores, melhora dos produtos e fidelização dos leitores. Como em outros países, mesmo os desenvolvidos, a conquista do leitor jovem é o principal desafio junto a esses consumidores.

Mais do que a venda de jornais, que tem grande espaço para crescer, a principal preocupação dos empresários do setor é com a capacidade de atrair investimentos publicitários. A participação dos jornais brasileiros no bolo publicitário do país vem caindo de forma constante nas duas últimas décadas. Para 2007, contudo, diante do reaquecimento da economia e do trabalho das empresas jornalísticas, os levantamentos

a serem concluídos no início de 2008 alimentam a expectativa, sustentada por números preliminares, de que pode haver uma interrupção nessa tendência de queda.

De toda forma, a Diretoria da ANJ empossada em agosto de 2006 incluiu o esforço pelo reposicionamento dos jornais brasileiros diante do mercado publicitário como um dos três grandes objetivos da Associação até 2008, quando se encerra seu mandato.

Assim, a ANJ passou a ter três prioridades nesse período:

- Defesa da liberdade de imprensa.
- Reposicionamento dos jornais brasileiros perante o mercado.
- Valorização do jornal na educação e na construção da cidadania.

A defesa da liberdade de imprensa, compromisso histórico da ANJ, motivou em maio de 2007 um evento de grande repercussão, a II Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa. Na Câmara dos Deputados, em parceria com a UNESCO, e com apoio das principais entidades representativas dos meios de comunicação, houve produtivo debate sobre a situação da liberdade de imprensa no Brasil e na América Latina. Como convidados especiais, participaram jornalistas de Cuba, Colômbia e Venezuela. Nesse contexto, a ANJ liderou a produção de Manifesto pela Liberdade de Expressão, subscrito pelas entidades representativas dos meios de comunicação e entregue ao Ministro da Justiça, Tarso Genro.

Ainda com essa preocupação maior, a ANJ prosseguiu com sua parceria com a UNESCO para a Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa, que, pelo site www.liberdadedeimprensa.org.br, monitora, denuncia e publica casos considerados atentatórios ao livre exercício do jornalismo. Da mesma forma, em 2006 e 2007 a ANJ produziu os relatórios do Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa.

Em relação ao esforço por uma maior participação dos jornais brasileiros no mercado publicitário, a Diretoria designou um novo diretor executivo para a ANJ. Antonio Athayde, com larga experiência na área comercial de alguns dos principais veículos de comunicação do país e grande trânsito junto ao mercado publicitário, passou a ocupar a função. Desde o início de 2007, o novo diretor executivo, sob orientação da Diretoria e em conjunto com o Comitê Anunciante, vem dedicando especial atenção a esse trabalho.

A ANJ iniciou uma reestruturação no seu escritório, com modificações que buscam aperfeiçoar suas práticas gerenciais, dentre elas a mudança do escritório de Contabilidade que vinha prestando serviço à Associação. Com isso, foi possível renovar de forma positiva o gerenciamento da Associação.

No campo da valorização do jornal na educação e na construção da cidadania houve mudanças, conseqüência da criação do Comitê de Responsabilidade Social. O novo Comitê, que cuidará dessa área de crescente importância na indústria jornalística, tem também a responsabilidade de dirigir o Programa Jornal e Educação.

Sob a orientação do Comitê de Responsabilidade Social, o Programa Jornal e Educação trabalhará agora em formato descentralizado, com coordenações regionais, e buscará o estabelecimento de parcerias estratégicas e a aproximação com as áreas de Marketing e Circulação dos jornais. Permaneceu o patrocínio da Norske Skog, que permitiu a ampliação do Programa. .

II – ELEIÇÕES DO CONSELHO E DA DIRETORIA

Em 29 de agosto de 2006, a Assembléia Geral Ordinária da ANJ, realizada em São Paulo, elegeu os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o período de 2006 a 2008. O novo Conselho de Administração elegeu o presidente Nelson P. Sirotsky e seus dez vice-presidentes para a Diretoria, em mandato de dois anos. A mesma Assembléia aprovou o Relatório de Atividades da Diretoria relativo ao período 2004-2006 e as contas da Diretoria relativas a 2005. Na ocasião, foi apresentado o Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa no Brasil, abrangendo o período de setembro de 2005 a agosto de 2006.

III – SÓCIO HONORÁRIO

Também em 29 de agosto de 2006, a Assembléia Geral Ordinária, por decisão unânime, concedeu o título de Associado Honorário da ANJ ao jornalista Jayme Sirotsky, presidente do Conselho de Administração do Grupo RBS. Duas vezes presidente da ANJ – em 1988 e de 1992 a 1994 –, e único brasileiro a presidir a Associação Mundial de Jornais (WAN), de 1996 a 1998, Jayme Sirotsky é o segundo homenageado com a distinção. A outorga desse título está prevista no Estatuto Social e tem o objetivo de homenagear pessoas que prestaram inestimáveis serviços à Associação.

IV – 6º CONGRESSO BRASILEIRO DE JORNAIS

De 29 a 31 de agosto de 2006, em São Paulo, realizou-se o 6º Congresso Brasileiro de Jornais, o maior da história da ANJ, aberto ao mesmo tempo em que se encerrou a 1ª Cúpula Latino-Americana de Líderes de Jornais, promovida pela Associação Mundial de Jornais (WAN) e tendo a Associação brasileira como anfitriã. A cúpula realizada pela WAN foi demonstração da importância que a principal entidade mundial do setor atribui ao Brasil – como já havia acontecido em 2000, quando fez no nosso país seu próprio congresso –, e trouxe algumas discussões de ponta do meio Jornal para nosso país.

O 6º CBJ repetiu o modelo do congresso anterior, com todos os comitês temáticos realizando e debatendo suas questões específicas.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, esteve presente na cerimônia de abertura do 6º CBJ acompanhado por cinco ministros de Estado. O evento foi prestigiado ainda pelo presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo; o governador de São Paulo, Cláudio Lembo; o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab; e o diretor executivo da Associação Mundial de Jornais, Timothy Balding. Em seu discurso, o presidente Lula fez uma firme defesa da liberdade de imprensa e da importância da indústria jornalística para a cidadania.

No evento, que reuniu mais de 500 profissionais da indústria jornalística e do mercado de comunicação, foram expostos e debatidos todos os aspectos mais relevantes do setor, tais como liberdade de imprensa, gestão, publicidade, marketing, tecnologia e novos leitores.

V. COMITÊS DA ANJ

1. Comitê Anunciante

Vice-Presidente: Walter de Mattos Jr. (Diário Lance!/RJ)

Diretor: Antonio Athayde (ANJ/DF)

Subcomitê de Classificados

Coordenadores: Elaine Dias (O Estado de S.Paulo/SP) – Até março/2007

Paulo Lacerda Borges (O Popular/GO) – A partir de março/2007

2. Comitê de Associados

Vice-Presidente: Luciana de Alcântara Dummar (O Povo/CE)

Diretor: Túlio da San Biagio (O Diário de Mogi/SP)

3. Comitê de Gestão

Vice-Presidente: Carlos Fernando Lindenberg Neto (A Gazeta /ES)

Diretor: Breno Machado (O Popular/GO)

Subcomitê de RH

Coordenadora: Isabel Degrazia (Zero Hora/RS)

Subcomitê de Indicadores

Coordenador: Heinz Jürgen Soboll (Correio Popular/SP)

4. Comitê de Liberdade de Expressão

Vice-Presidente: Júlio César Mesquita (O Estado de S.Paulo/SP)

Diretor: Fernando Rodrigues (Folha de S.Paulo/SP) – Até agosto de 2007

Paulo de Tarso Nogueira (O Estado de S.Paulo/SP) – A partir de setembro de 2007

5. Comitê de Relações Governamentais

Vice-Presidente: Sylvino de Godoy Neto (Correio Popular/SP)

Diretor: Paulo Tonet Camargo (RBS/DF)

6. Comitê de Relações Internacionais

Vice-Presidente: Mário Gusmão (Jornal NH/RS)

Diretor: Ricardo Gandour (O Estado de S.Paulo/SP)

7. Comitê de Tecnologia e Operações

Vice-Presidente: João Roberto Marinho (O Globo/RJ)

Diretor: Paulo Novaes (O Globo/RJ)

Subcomitê Sudeste/Centro-Oeste

Coordenador: Amim Ali Filho (Correio Popular/SP)

Subcomitê Norte/Nordeste

Coordenador: João Pojucam de Moraes (O Liberal/PA)

Subcomitê de Logística

Coordenador: Marcello Moraes (O Globo/RJ)

8. Comitê Editorial

Presidente: Nelson P. Sirotsky (Zero Hora/RS)

Diretor: Marcelo Rech (Zero Hora/RS)

Subcomitê de Design e Fotografia

Coordenador: Leo Tavejnhansky (O Globo/RJ)

9. Comitê Jurídico

Vice-Presidente: Jaime Câmara Júnior (O Popular/GO)

Diretor: Guliver Leão (O Popular/GO)

10. Comitê Mercado Leitor

Vice-Presidente: Álvaro Teixeira da Costa (Correio Braziliense/DF)

Diretor: Luiz Alberto Albuquerque (Correio Braziliense/DF)

11. Comitê de Responsabilidade Social

Conselheiro Responsável: Guilherme Döring Cunha Pereira (Gazeta do Povo/PR)

Diretora: Clarice Guterres López de Alda (Gazeta do Povo/PR)

Programa Jornal e Educação

Coordenadora: Alessandra Wassouf (Correio Braziliense/DF)

VI. ATIVIDADES DOS COMITÊS

1. COMITÊ ANUNCIANTE

Ao longo do primeiro ano da atual gestão da ANJ, o Comitê Anunciante manteve o ritmo intenso de atividades que o tem caracterizado na busca de fórmulas inovadoras de prestação de serviços e de criação de produtos diferenciados, a fim de contribuir para que as empresas jornalísticas brasileiras possam enfrentar em condições adequadas o cenário desafiante estabelecido há alguns anos.

⇒ Núcleo de Mercado

No período abrangido por este Relatório, o Núcleo de Mercado do Comitê Anunciante realizou seis reuniões:

- Em 2/10/06, no Diário de S.Paulo.
- Em 22/3/07, na sede da BM&F, em São Paulo.
- Em 24/5/07, na sede da Agência Salles Chemistri, com a diretoria de Marketing e de Mídia da General Motors do Brasil.
- Em 19/7/07, na sede da ANJ em São Paulo.
- Em 26/9/07, na sede da ANJ em São Paulo.
- Em 29/11/07, na sede da ANJ em São Paulo.

⇒ Subcomitê de Classificados

O Subcomitê de Classificados realizou quatro reuniões desde o final do segundo semestre de 2006, sendo três delas em ocasiões coincidentes com as reuniões do Núcleo de Mercado:

- Em 9/11/06, na RBS – São Paulo.
- Em 22/3/07, na sede da BM&F, em São Paulo.
- Em 26/09/07, na sede da ANJ em São Paulo.
- Em 29/11/07, na sede da ANJ em São Paulo.

⇒ Prêmio ANJ de Criação Publicitária

Lançado em 2000, o Prêmio ANJ de Criação Publicitária, organizado pelo Comitê Anunciante, chegou à sua 6ª edição, firmando-se como um dos principais eventos do gênero no país. Criado com o objetivo de incentivar a produção de peças publicitárias que explorem as características intrínsecas do meio Jornal, motivando agências e suas equipes de criação e mídia, o Prêmio ANJ realizou seletivas regionais em novembro de 2006 e março de 2007, conforme quadro a seguir.

REGIÃO	PRIMEIRA SELETIVA	SEGUNDA SELETIVA
Norte e Nordeste	1/11/06	14/3/07
São Paulo	7/11/06	22/3/07
Centro-Oeste, Espírito Santo e Minas Gerais	9/11/06	20/3/07
Rio de Janeiro	14/11/06	21/3/07
Sul	21/11/06	6/2/07

A Seletiva Nacional foi realizada em 23 de março de 2007 na sede do Diário de S. Paulo e o evento de premiação teve lugar, em 16 de abril, no Citibank Hall, com a presença de aproximadamente 400 pessoas, e incluiu um show do grupo Os Melhores do Mundo, que apresentou o espetáculo Notícias Populares, tema criativo do 6º Prêmio ANJ de Criação Publicitária.

A Viagens CVC foi a patrocinadora oficial do 6º Prêmio, agraciando os 4 Vencedores Regionais com cruzeiro marítimo pela costa brasileira.

A Salles Chemistri foi a Agência Vencedora Nacional, com o anúncio para o Novo Vectra da General Motors do Brasil, e a ação promocional da TBWA para a Pedigree foi inscrita pela ANJ no Festival de Cannes de 2007, pois o anúncio vencedor nacional, da Salles Chemistri, já havia participado em Cannes em 2006, ficando em short list.

A Diretoria da ANJ decidirá sobre a continuidade do Prêmio ANJ de Criação Publicitária, com a 7ª edição prevista para 2008, a partir de proposta feita por profissionais de marketing indicados pelo Comitê Anunciante.

⇒ Viagem aos Estados Unidos

Em fevereiro de 2007, o diretor executivo, Antonio Athayde, participou de reunião organizada pela Associação Mundial de Jornais (WAN), em Chicago, que contou com representantes de agências e anunciantes, teve o objetivo de discutir sobre a métrica da audiência dos jornais (somando as versões impressa e online).

Participou, ainda, de visita à sede da Associação de Jornais da América (NAA), em Washington, sendo recebido pelo presidente da Associação, John Sturm. O encontro, com o objetivo de conhecer o funcionamento tanto da NAA quanto da Rede Nacional de Jornais (NNN), empresa que centraliza a venda de anúncios para um grande universo de jornais norte-americanos, nos moldes do que a ANJ planeja no projeto de reposicionamento dos jornais, foi extremamente positivo.

⇒ Central de Vendas

A empresa de consultoria Integration foi contratada para desenvolver o estudo do projeto de uma Central de Vendas de anúncios para os jornais, com o objetivo de promover maior participação de anunciantes nacionais nos espaços publicitários dos jornais brasileiros.

O projeto concluiu que a iniciativa deverá ocorrer fora do âmbito da ANJ e empresas jornalísticas assumiram a sua condução de forma independente.

2. COMITÊ DE ASSOCIADOS

⇒ Site

Com o objetivo de aprimorar seu relacionamento com os associados e o público em geral, a ANJ contratou a empresa Simples Consultoria para a reformulação do seu site, trabalho que será concluído em dezembro de 2007.

⇒ Novos Sócios

De setembro de 2006 a novembro de 2007, houve 48 pedidos oficiais de informações sobre o processo de filiação, além de diversas consultas telefônicas. Onze novas filiações foram concretizadas nesse período: A Cidade (Ribeirão Preto/SP), Tribuna Imprensa (Araraquara/SP), Hoje (Aparecida de Goiânia/GO), Alagoas em Tempo (Arapiraca/AL), Correio do Estado (Linhares/ES), Jornal da Manhã (Uberaba/MG), Jornal da Cidade (Aracaju/SE), Jornal do Dia (Macapá/AP), Notícia Já (Campinas/SP), Tribuna do Cricaré (São Mateus/ES) e Tribuna do Paraná (Curitiba/PR).

⇒ Suspensões

Em função de inadimplência, 13 empresas jornalísticas tiveram suas filiações suspensas em 2007, sendo que 5 negociaram o retorno. Duas associadas foram fechadas. A exclusão definitiva dos quadros da ANJ das empresas suspensas caberá ao Conselho de Administração.

⇒ Eventos / Reuniões

A principal atividade do Comitê em 2007 foi a realização do Encontro de Jornais das Regiões Norte e Nordeste, em 18 de junho, em Fortaleza, com apoio dos jornais Diário do Nordeste e O Povo, com a participação de 70 pessoas. O evento contou com a presença do subchefe executivo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Ottoni Fernandes Júnior, que abordou o tema A Importância da Mídia Regional para a Publicidade do Governo Federal.

Também no dia 18 de junho, em Fortaleza, reuniu-se a diretoria do Comitê de Associados, para discutir proposta de ampliação do quadro de filiados da ANJ.

⇒ Ação junto a não associados

Ficou decidida a produção de uma edição especial do Jornal ANJ voltada para jornais não associados. O objetivo é “vender” a entidade a essas empresas, de modo a que elas se associem à ANJ. A produção dessa edição será feita nas próximas semanas.

3. COMITÊ DE GESTÃO

O Comitê realizou reuniões em 1º de dezembro de 2006 e, no ano de 2007, em 1º de junho, 20 de julho e 14 de dezembro. Além disso, promoveu as seguintes atividades:

- Definiu os principais temas de interesse a serem abordados e os eventos a serem realizados em 2007.
- Iniciou um banco de dados de fornecedores, no qual cada jornal identifica seus principais fornecedores em diversas áreas: administrativa, industrial, redação, financeira, RH, jurídica, comercial e logística.

⇒ Subcomitê de Recursos Humanos

Em 2006, o Subcomitê de Recursos Humanos concluiu a pesquisa salarial ANJ.

Em 2007, realizou reuniões ordinárias em 15 de março (RBS - São Paulo) e 31 de maio (RBS - São Paulo), cujas principais pautas foram a apresentação dos cases: Gestão por Competências/Projeto Piloto de Avaliação na Redação – O Estado de S.Paulo; Diagnóstico de Clima nas Redações – RBS; PLR Área Comercial – Folha de S.Paulo; Plano de Participação nos Resultados – RBS. Em 26 de abril (RBS - São Paulo), realizou encontro com a pauta especial sobre práticas de remuneração variável para as equipes de vendas, no qual os membros do Subcomitê apresentaram seus modelos de premiação de vendas fornecendo discussões sobre as práticas e principais resultados.

⇒ Subcomitê de Indicadores

O Subcomitê de Indicadores atualizou o Estudo de Indicadores de Desempenho com os dados referentes a 2006. Esse estudo permite que os jornais participantes façam uma análise de benchmarking bastante detalhada em diversas dimensões. Entre os indicadores apurados estão:

- Resultados: Receita por empregado; EBITDA por empregado; Remuneração por empregado; Benefícios por empregado; Custo de pessoal operacional.
- Pessoal: Proporção de pessoal na Redação, Comercial, Circulação, Distribuição Industrial e Back-office; Rotatividade de empregados; Processos trabalhistas por empregado.
- Mercado: Receita por tonelada de papel; Receita de publicidade cm, por exemplar vendido; Receita de publicidade linha, por exemplar vendido; Churn de assinaturas.
- Eficiência operacional: Custo operacional, por exemplar vendido; Receita de Circulação, por kg de papel consumido; Custo Redação/Receita Líquida; Quantidade de páginas standard editadas por jornalista; Custo da Redação, por página editada; Quantidade de exemplares vendidos, por quantidade de funcionários da Redação; Custo Pré-impressão, por página standard editada; Custo Impressão, por página impressa; Percentual de papel imprensa inutilizado

na impressão; Gastos totais impressão, por página impressa; Custo Back-office/Receita Operacional Total.

4. COMITÊ DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A defesa da liberdade de expressão é compromisso histórico da ANJ, que trabalha de forma permanente para garantir liberdade e independência aos jornais brasileiros. Nesse sentido, o Comitê de Liberdade de Expressão é seu principal instrumento.

Apesar das garantias dadas à liberdade de expressão pela Constituição de 88, em muitos momentos a atividade jornalística sofre limitações. Desde abril de 1997, a ANJ mantém o Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa, que monitora e denuncia casos contra o livre exercício do jornalismo.

Na mesma linha, desde 2005, a parceria da ANJ com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO criou a Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa, que tem o site www.liberdadedeimprensa.org.br, também com objetivo de monitorar, denunciar, classificar e divulgar os casos atentatórios à liberdade de imprensa.

⇒ Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas

A ANJ integra o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, criado em 2004 com o objetivo de lutar por uma legislação que garanta o direito de qualquer cidadão a ter acesso a informações produzidas por qualquer um dos três Poderes, em todas as esferas da administração pública. Entre outras entidades, estão no Fórum a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, a Ordem de Advogados do Brasil, a Associação dos Juízes Federais e a Transparência Brasil. No dia 29 de março de 2007, com a participação da ANJ, o Fórum criou a Frente Congressual Pró-Direito de Acesso a Informações Públicas.

⇒ Censura prévia por meio de decisões judiciais

Ao longo do segundo semestre de 2006 e primeiro semestre de 2007, o monitoramento feito pelo Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa indicou, mais uma vez, a importância da necessidade fundamental de vigilância por parte de todos aqueles que lutam em favor da liberdade no país.

Exemplo disso foram os inúmeros casos registrados pela ANJ, por meio do seu Comitê de Liberdade de Expressão, de decisões judiciais contrárias ao princípio constitucional que proíbe qualquer tipo de censura. Na campanha eleitoral do segundo semestre de 2006 foram frequentes as decisões judiciais, tomadas a partir de ações movidas por políticos, e que resultaram na proibição da divulgação de conteúdos jornalísticos.

Da mesma forma, é importante registrar a preocupação da ANJ e do seu Comitê de Liberdade de Expressão com o entendimento que algumas instâncias judiciárias no Brasil vêm tendo a respeito de processos de danos morais movidos contra jornalistas e empresas de comunicação. Com base em uma combinação de artigos da Constituição e na legislação específica sobre danos morais, alguns juízes vêm tomando decisões liminares que significam, na prática, a censura prévia.

⇒ Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa

De abril de 1997, quando iniciou, até dezembro de 2007, o Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa registrou 215 casos contrários ao livre exercício do jornalismo. Em 2007, destacam-se as sentenças judiciais impondo censura prévia no período eleitoral; a escuta telefônica de jornalistas da Folha de S.Paulo; as ameaças em todas as regiões do país a jornalistas no exercício da profissão; e o assassinato do jornalista Luiz Carlos Barbon Filho, em Porto Ferreira (SP), que vinha fazendo reportagens sobre um esquema de aliciamento de menores no interior do estado de São Paulo.

⇒ II Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa

O Comitê de Liberdade de Expressão, com o objetivo de promover e difundir o princípio da liberdade em nosso país, coordenou, juntamente com o Comitê de Relações Governamentais, a realização, em Brasília, no dia 8 de maio de 2007, da II Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa. O evento, parte das comemorações do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, ocorrido em 3 de maio, aconteceu na Câmara dos Deputados, em realização conjunta com a UNESCO. Apoiaram a iniciativa a Sociedade Interamericana de Imprensa, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a Associação Nacional de Editores de Revistas, o Centro de Referência sobre Liberdade de Expressão e a Central de Outdoor.

A conferência, com o tema Diagnóstico e Perspectivas sobre a Liberdade de Imprensa na América Latina, teve excelente repercussão e contou, na abertura, com a presença do vice-presidente da República, José Alencar, e do presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia. Como convidados especiais dos debates, participaram jornalistas de Cuba, Colômbia e Venezuela, com palestras sobre a situação da liberdade de imprensa na América Latina. Assistiram aos debates cerca de 120 pessoas, representantes da mídia impressa e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de professores e estudantes de Comunicação.

⇒ Manifesto pela Liberdade de Expressão

No mesmo dia em que houve a II Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa, as entidades representativas dos meios de comunicação que apoiaram o evento entregaram ao ministro da Justiça, Tarso Genro, o Manifesto pela Liberdade de Expressão. O Comitê de Liberdade de Expressão da ANJ participou ativamente da produção e da divulgação do documento.

O Manifesto, que demonstra a preocupação com o direito à informação no Brasil, reclama das decisões judiciais que significam, na prática, a censura prévia; critica a ameaça à liberdade de expressão comercial na pretensão de agência governamental de regulamentar a publicidade; e aponta os perigos da iniciativa do Ministério da Justiça de estabelecer uma classificação indicativa para os programas de televisão, que pode chegar à classificação obrigatória.

5. COMITÊ DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

A ANJ tem prestado assessoria no campo institucional de modo bastante eficaz, com a reformulação do Comitê de Relações Governamentais e a conseqüente organização das prioridades. Para isso, o Comitê buscou propagar, no âmbito dos Poderes e instituições de estado, a difusão das idéias de liberdade de imprensa, a valorização do meio Jornal, e sua importância na formação da cidadania.

No período abrangido por este Relatório, o Comitê reuniu-se em São Paulo no dia 9/11/06; em Brasília, em 18/4/07; em São Paulo, em 14/5/07; e novamente em Brasília, em 16/5/07.

⇒ Assessoria Parlamentar

O Comitê mantém assessoria parlamentar credenciada junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, o que facilita o acompanhamento permanente das proposições que ali tramitam. A ANJ tem-se mantido atenta a qualquer tentativa de restrição à liberdade de imprensa e de expressão comercial, por representar empecilho às atividades das empresas associadas. O Comitê tem uma agenda permanente de abordagens preventivas com parlamentares e autoridades governamentais visando à resolução dos problemas nos temas de interesse dos associados.

⇒ Restrições à propaganda

O Comitê tem atuado fortemente no combate às tentativas de restrições à propaganda, tanto no Congresso Nacional quanto no Poder Executivo. A ANJ é membro da Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade da Anvisa e atua na defesa da liberdade da propaganda, sempre em consonância com as regulamentações técnicas do Conar.

⇒ Seminário A Mídia nas Eleições 2006

A ANJ participou desse seminário promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e fez a defesa do meio Jornal e da mídia em geral.

⇒ Projeto de Lei que criou a Super-Receita

O Comitê trabalhou em conjunto com outras entidades pela aprovação da emenda 3, que trata da desconsideração da pessoa jurídica pelas autoridades fiscais, e acabou sendo vetada pelo presidente da República. A ANJ tem participado das discussões sobre o novo projeto enviado pelo governo que busca compensar o veto à emenda.

⇒ Publicação de editais de concorrência

O Comitê está trabalhando contra essa proposição, de autoria do Poder Executivo, que elimina uma série de publicações em jornais, passando-as para a internet, com o intuito de ser mais ágil e barato, mas que fere o princípio da publicidade dos atos.

⇒ Reforma do Estatuto

Em conjunto com o Comitê Jurídico, o Comitê de Relações Governamentais debateu as alterações propostas na reforma do Estatuto da ANJ. As alterações foram aprovadas em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em Brasília, em 19/9/07.

⇒ Interface de atuação com outras associações

O Comitê vem mantendo diálogo constante com outras associações, como a Abert e a Aner, visando a uma atuação conjunta nos temas convergentes, inclusive na questão da criação do sistema de acompanhamento legislativo.

⇒ Projeto de Lei de Imprensa

Esse projeto vem sendo amplamente debatido desde 1992 e negociado pelos setores que têm afinidade com o tema, restando apenas um ponto ainda não equacionado, que é questão controversa e diz respeito, sobretudo, à limitação da indenização por danos morais. O Comitê tem realizado entendimentos com parlamentares e com a Fenaj, na busca de um consenso para o tema. Tem trabalhado também contra outras proposições que tramitam no Senado no sentido de alterar a Lei de Imprensa por meio da criação de mecanismos de censura prévia.

⇒ Dano moral - projeto de tarifação das indenizações

Tramitando em sincronia com o projeto de lei da nova Lei de Imprensa, há um projeto de lei aprovado no Senado Federal e que, na hipótese de aprovação pela CCJC da Câmara, irá à sanção e colocará limites nos valores de indenização de danos morais. O Comitê já se reuniu com o novo relator para sugerir alterações.

⇒ Entendimento com o Ministério da Educação sobre o incentivo PIS/COFINS

O Comitê vem fazendo gestões junto ao Ministério da Educação no intuito de subsidiar o Programa Jornal e Educação, por meio da isenção do PIS/COFINS aos jornais que aderirem ao Programa.

⇒ Alteração da Lei das S/A - especificamente publicação de balanços

De um lado, o projeto de lei obriga as sociedades limitadas com faturamento acima de determinado valor a publicarem seus balanços, mas, de outro, permite que todas as empresas os publiquem de forma condensada, o que tem preocupado o setor pela diminuição da transparência dos balanços e também pela perda de faturamento. Em virtude dessas implicações, o Comitê tem atuado, em conjunto com o Comitê Jurídico, para manter a redação atual do art. 289 da Lei 6.404/76. Para isso, fez uma grande mobilização junto aos jornais mais prejudicados, contratou parecer junto à FGV para dar sustentação à defesa, sugeriu emendas a parlamentares, reuniu-se com o relator e, finalmente, conseguiu derrubar o texto do relator, mantendo a redação atual. Em outubro, foi aprovada na CCJ da Câmara dos Deputados.

⇒ II Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa

O Comitê de Relações Governamentais, juntamente com o Comitê de Liberdade de Expressão, realizou a II Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa, conforme detalhado nas atividades desse Comitê.

⇒ Agenda Executiva

O Comitê agendou reuniões com o ministro da SECOM, Franklin Martins, e com o subchefe executivo, Ottoni Fernandes Júnior, para apresentar o novo diretor executivo da ANJ, Antonio Athayde, e conhecer o funcionamento da secretaria. Dentre outros temas, foi abordada a importância do reposicionamento da publicidade governamental nos jornais, demonstrada por pesquisas que indicam a confiança do leitor no meio Jornal.

O Comitê atuou na efetivação da reunião entre SECOM e Comitê Anunciante realizada em São Paulo para discutir os problemas e os pontos de interesse do anunciante governo no meio Jornal.

A ANJ também participou, no Conselho Federal da OAB, da instalação da Comissão Diretora do Fórum da Cidadania para a Reforma Política, coordenada pelo prof. Fábio Konder Comparato.

O Comitê tem trabalhado pela manutenção da alíquota zero do PIS/COFINS na importação de papel imprensa, que terá a alíquota elevada para 4% a partir de 1º de maio de 2008.

Em setembro, o Comitê viabilizou encontro da presidente do STF, Ministra Ellen Gracie, com a Diretoria da ANJ e integrantes da Assembléia Geral, em almoço realizado em Brasília.

6. COMITÊ DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Comitê de Relações Internacionais tem por objetivo apoiar a ANJ na disseminação da imagem e das informações do meio Jornal brasileiro no exterior; aumentar e facilitar o acesso contínuo e atualizado dos associados da ANJ aos trabalhos e pesquisas desenvolvidos pelas instituições internacionais; melhorar a visibilidade, junto aos associados, da agenda internacional de eventos, com as respectivas orientações e acesso aos materiais; e promover a missão internacional dos jornais associados voltada para o mercado.

No cumprimento de sua missão, o Comitê tem atuado ativamente no relacionamento com entidades congêneres, em especial com a Associação Mundial de Jornais (WAN), a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), a Associação de Jornais dos Estados Unidos (NAA) e a Associação Internacional de Marketing e Jornais (INMA).

No período compreendido entre setembro de 2006 e dezembro de 2007, as atividades do Comitê de Relações Internacionais estiveram integradas às ações de outras instâncias da ANJ. Assim, o Comitê:

- Participou da discussão e apoiou a elaboração de estratégias para o meio Jornal, tal como decidido na reunião intercomitês, realizada em Brasília, para detalhamento dessa estratégia.
- Apoiou a elaboração de estratégia para o posicionamento do conceito de liberdade de expressão junto à sociedade.
- Apoiou a efetivação da tradução dos relatórios Shaping the Future of Newspapers (WAN), após contato iniciado pelo Comitê por ocasião do Congresso Mundial de Jornais em 2006.
- Participou do 60º Congresso Mundial de Jornais, do 14º Fórum Mundial de Editores e da Infor Services Expo 2007, realizados em junho, na Cidade do Cabo, na África do Sul, na pessoa do Assessor de Comunicação da ANJ.
- Participou da 63ª Assembléia Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa, em outubro, em Miami, nos Estados Unidos, e da reunião das associações nacionais de jornais, na pessoa do Assessor de Comunicação da ANJ
- Proporcionou a vinda do presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa, Earl Maucker, ao Brasil, para a reunião de fim de ano da ANJ.

7. COMITÊ DE TECNOLOGIA E OPERAÇÕES

No período abrangido por este Relatório, o Comitê organizou e deu início aos trabalhos do Subcomitê de Logística, coordenado por Marcello Moraes, da Infoglobo.

No plano internacional, o Comitê participou, em maio, do Managing Distribution – evento da IFRA –, em Istambul, quando conduziu uma palestra sobre as experiências dos jornais brasileiros nessa área.

De 26 a 28 de agosto, no Rio de Janeiro, foi realizado o XXIII Congresso do Comitê, o COMTEC 2007, que reuniu executivos de empresas jornalísticas, jornalistas e representantes de fornecedores de equipamentos gráficos e de tecnologia, com o objetivo de tratar dos principais temas do setor, tais como impressão, distribuição, gerenciamento de riscos e jornalismo participativo. Foi evento de grande sucesso, com exposições e ricos debates sobre avanços e tendências do setor, e a participação de mais de 300 pessoas.

⇒ Subcomitê de Logística

O recém-criado Subcomitê de Logística realizou duas reuniões, em 15/3/07 e em 16/5/07, ambas em São Paulo. Nessas ocasiões foram discutidos os seguintes assuntos:

- Congresso de Logística em Istambul – IFRA.
- Indicadores de Qualidade.
- Modelos de Relacionamento Rede Terceirizada.
- Link do Subcomitê com a ASLOG.
- COMTEC 2007.

Em julho, em Porto Alegre, o Subcomitê teve nova reunião, quando se aprofundaram os temas tratados na reunião anterior. Houve visita à planta do jornal Zero Hora em Cruz Alta, com o objetivo de conhecer o processo de produção com a encartadeira automática daquela publicação.

8. COMITÊ EDITORIAL

O Comitê Editorial trabalhou para realizar ações que visem ao aperfeiçoamento e à reciclagem dos profissionais que atuam nas Redações, da mesma forma que participou de decisões da ANJ referentes a seus veículos de comunicação, como o Jornal ANJ, o site, o clipping e o informativo online.

No período deste Relatório, destacam-se as seguintes ações do Comitê:

- Participação na política de comunicação da ANJ, com sugestões relacionadas ao Jornal ANJ – como a criação da seção Ponto de Vista – e ao site da ANJ. No site, a

versão digital do Jornal ANJ passou a ser exibida em formato mais dinâmico. O Comitê também participou da iniciativa que resultou na contratação de um novo sistema de clipping do noticiário relativo à indústria jornalística e ao mercado de comunicação, e da criação de um novo produto de comunicação da Associação – o Informativo ANJ –, remetido diariamente a profissionais dos jornais associados e do mercado de comunicação.

- Contribuição nas ações de comunicação da ANJ com os jornais associados, por meio de contatos com os editores em favor da publicação e divulgação de temas de interesse da Associação.

- Continuidade da parceria com a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) na execução do MBA em Derivativos e Informações Econômico-Financeiras, que já viabilizou o aperfeiçoamento profissional de 150 jornalistas brasileiros.

- Definição pela realização de dois eventos em 2007 com o objetivo de debater questões relacionadas à área editorial dos jornais, buscando identificar tendências e apontar soluções diante dos desafios mais frequentes. Ficou definida a realização, no primeiro semestre, de um evento sobre a cobertura jornalística da segurança pública no país, e, no segundo semestre, de seminário sobre o impacto da internet na indústria jornalística brasileira, sobretudo nas Redações.

- Realização do evento “A Nova Cobertura da Segurança - Como os jornais estão se reciclando para lidar com o crescimento da violência”, em 12 de junho de 2007, no auditório de O Estado de S.Paulo, em São Paulo. O objetivo foi refletir sobre a qualidade e os novos dilemas éticos da cobertura de segurança no Brasil e esteve voltado para diretores de Redação, editores-chefes, editores de área, e repórteres especializados em segurança. Estiveram presentes aproximadamente 60 participantes.

- Concretização do seminário “Os jornais e a internet – Para onde aponta o futuro?”, no dia 13 de novembro, no auditório da Folha de S.Paulo, em São Paulo. O objetivo foi debater algumas das principais questões colocadas para o exercício do jornalismo com o advento da internet e a prática do jornalismo online. Foram expostos e discutidos temas como a interação de operações off e online, a nova cultura multimídia nas Redações das empresas jornalísticas, o custo das operações de jornalismo na internet e a questão de se abrir ou fechar, mediante cobrança de assinatura, os sites jornalísticos. Mais de 100 pessoas estiveram presentes, entre editores, repórteres, executivos de empresas jornalísticas, estudantes e professores de Comunicação.

- Aproximação das empresas jornalísticas com o meio acadêmico, no entendimento de que o acesso a trabalhos e pesquisas feitos pelas faculdades de Comunicação pode ser proveitoso para a ANJ e os seus jornais associados. Ao mesmo tempo, a ANJ poderá levar ao meio acadêmico uma visão mais apropriada dos jornais brasileiros e sua realidade.

9. COMITÊ JURÍDICO

O Comitê Jurídico promove a integração entre advogados dos jornais associados, proporciona o debate e a troca de experiência sobre questões relevantes para as empresas jornalísticas associadas, e coordena iniciativas na área jurídica que representam prestação de serviço da ANJ. Cercando-se de estudos e pareceres jurídicos, o Comitê realiza um trabalho de elevada importância ao orientar os associados na prevenção de eventuais problemas legais.

O Comitê reuniu-se na sede da ANJ em 29/11/06, 25/4/07 e 18/9/07.

⇒ Exigência de Diploma para jornalistas

Em outubro de 2001, a Justiça Federal concedeu liminar para suspender a exigência do diploma. A decisão foi confirmada em primeira instância. Porém, em outubro de 2005, o Tribunal Regional Federal de São Paulo derrubou a decisão. Em março de 2006 a Procuradoria Geral da República recorreu da decisão do TRF e a exigência do diploma para jornalistas foi para o Supremo Tribunal Federal e distribuído, em janeiro deste ano, para o ministro Gilmar Mendes. O Comitê tem acompanhado de perto o assunto.

⇒ Banco de Informações Jurisprudenciais

O Comitê vem ampliando o banco de jurisprudências a cada dia e, por meio do site da ANJ, disponibiliza aos associados decisões favoráveis ao meio Jornal, em temas como Dano Moral, Direito Autoral, Direito de Resposta, Direito Trabalhista e Direito Tributário.

⇒ Problemas da penhora online nas execuções trabalhistas

Tema relevante no dia-a-dia das empresas jornalísticas, a penhora online foi muitas vezes tema de debate no Comitê, por abusiva na maior parte dos casos, tendo em vista o bloqueio imediato e indiscriminado de praticamente todas as contas da empresa, e a demora no desbloqueio. O tema tem sido tratado em conjunto com o Comitê de Relações Governamentais. O Comitê Jurídico entende que a penhora online é um avanço, mas que precisa ser aperfeiçoada para evitar os abusos ocorridos atualmente.

⇒ Lei nº. 11.313/06 e as alterações nos Juizados Especiais Criminais

O art. 61 dessa lei foi alterado, sendo que, na redação anterior do mencionado artigo, sua disciplina era remetida à correspondente na Lei de Imprensa. No entanto, a excepcionalidade em relação à prescrição ficou mantida somente no caso da calúnia. A retirada das exceções antes existentes poderá trazer problemas. Uma saída razoável é aproveitar os debates em relação à nova Lei de Imprensa para recuperar os benefícios na redação anterior do art. 61.

⇒ Lei de Imprensa

Foram feitas análises para, em conjunto com o Comitê de Relações Governamentais, acelerar a aprovação da nova Lei de Imprensa, cujas discussões estão vinculadas à tarifação do dano moral, com várias sugestões de ordem legal e prática. A possibilidade de discutir sobre danos morais no âmbito do próprio projeto, visto que há iniciativa específica – apesar da vontade de aprovação pelo Comitê –, não prosperou. Com a nova legislatura, iniciaram-se conversações, tendo em vista a troca do relator.

⇒ FGTS, aposentadoria espontânea e efeitos do cancelamento da OJ 177 pelo TST

O posicionamento do TST relativo à matéria em debate sofreu alteração em virtude do resultado do julgamento de duas ADIN no STF. Os jornais deverão ser orientados a adotar conduta padronizada, sob pena de, não o fazendo, enfrentarem dificuldades. A revogação da OJ 177 deu-se somente em razão da decisão do STF. A prescrição do FGTS continua sendo de 30 (trinta) anos, e o direito de o trabalhador reivindicar eventual direito somente ocorrerá até o limite de dois anos após a rescisão do contrato de trabalho (CLT). Há a possibilidade de criação de um novo passivo, como no caso de análise da situação organizacional das empresas para venda, tendo de levar em consideração o fato de haver aposentados em condições de reivindicar direitos relativos ao passivo mencionado. Numa situação dessa, de mudança de regra, certamente mudará também o valor da empresa.

⇒ Reuniões regionais com os jornais associados

O Comitê estuda a descentralização das suas reuniões, para que ocorra maior aproximação dos associados. Cada reunião teria um palestrante, e seria seguida de almoço com autoridades locais e regionais, notadamente os representantes do Poder Judiciário.

⇒ Balanço das ações propostas pelo Ministério Público contra o setor

O tema é freqüente nas reuniões do Comitê, seja no tocante às quotas para deficientes, aos serviços terceirizados, seja no que diz respeito aos classificados (de emprego e sexuais) e aos anúncios diversos. Apesar das investidas do Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre os associados e da pressão por esse exercida sobre a coletividade, por meio da celebração dos conhecidos Termos de Ajuste de Conduta (TAC), há consenso entre os membros do Comitê de que se analisem separadamente os casos e que se adote, em cada circunstância, conduta equilibrada pelo diálogo e pela sensibilização dos Procuradores do Trabalho, que têm extrapolado os limites e as prerrogativas institucionais do MPT e de que, na medida do possível, os TAC devem ser evitados. Com relação aos anúncios, o Comitê defende a tese de que os jornais não têm responsabilidade e já há decisões favoráveis na Justiça corroborando esta tese.

⇒ **Autuações, pelo INSS, de serviços terceirizados**

Na esteira da investida dos Procuradores do Trabalho, os agentes fiscais do INSS têm atuado de forma equivocada na investigação das relações estabelecidas entre as empresas jornalísticas e os profissionais autônomos que prestam serviços nas áreas terceirizadas, sobretudo no setor gráfico. É importante que jornais troquem informações a respeito das ações do INSS em relação aos contratos de prestação de serviços terceirizados.

⇒ **Parecer Sacha Calmon e a emenda 3 da Super-Receita**

A ANJ formulou consulta ao jurista Sacha Calmon sobre o conteúdo e o alcance do art. 129 da Lei n.º 11.196/05, que foi sancionada para esclarecer e orientar os agentes da fiscalização de modo que, no exercício de seus misteres, não desconsiderem a personalidade jurídica de sociedades legalmente constituídas para a prestação de serviços intelectuais, com o fito de tributar os integrantes da sociedade (e os seus contratantes) como se fossem pessoas físicas. Posteriormente, apoiou as iniciativas pela manutenção da emenda 3, quando da aprovação do projeto de criação da Super-Receita.

⇒ **Autuações pela Anvisa**

A Anvisa vem autuando jornais em vários estados por causa de anúncios de medicamentos. O Comitê alerta para que se tome cuidado com propaganda de médicos e sugere aos associados que adotem Termo de Responsabilidade para anunciantes pessoa física ou jurídica. Esse Termo garante o direito de regresso em caso de autuação. A ANJ é membro da Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária da Anvisa, e procurará a unificação dos procedimentos fiscalizatórios da entidade, buscando isentar os jornais de qualquer responsabilidade pelo conteúdo dos anúncios publicados.

⇒ **Assessoramento jurídico**

O escritório Russomano, Ávila de Bessa & Guimarães Falcão Escritórios Associados continua prestando serviços de assessoramento jurídico aos associados por meio da ANJ. Os pareceres, depois de elaborados e enviados aos interessados, são disponibilizados no site por ementa do assunto. Outros associados interessados podem solicitar o inteiro teor, que será fornecido sem a identificação do associado que inicialmente o pediu.

⇒ **Cartilha Eleições 2006 – Plantão Eleitoral**

Em conjunto com o Comitê de Relações Governamentais, o Comitê Jurídico elaborou e enviou aos associados a cartilha “Eleições 2006 – Orientações aos associados”, sendo que esta também ficou disponível, em sua íntegra, no site da ANJ para download. A ANJ contratou o escritório Machado de Campos, Pizzo e Barreto –

Advogados, de São Paulo, com o objetivo de sanar as dúvidas mais frequentes dos associados sobre as questões eleitorais. O Plantão Eleitoral funcionou, na sede da ANJ, de 1º de julho a 30 de outubro, recebendo e encaminhando as consultas ao escritório contratado. Depois de remetidas aos consulentes, as respostas eram disponibilizadas no site da ANJ, sem mencionar o autor da consulta.

⇒ **PL 6.398/05**

Com o veto ao PLC 79/04, firmou-se um acordo no Ministério do Trabalho para que a ANJ integre um grupo de trabalho composto por representantes do governo, das entidades representativas das empresas de comunicação e das entidades representativas dos trabalhadores do setor, para propor um projeto de lei sobre o exercício da profissão de jornalista. Como o grupo de trabalho não tem se reunido, o Comitê está trabalhando em uma proposta a ser levada à Diretoria para definir a posição da ANJ.

⇒ **Projeto de Lei nº. 3.741 (Alteração da Lei das S/A - especificamente publicação de balanços)**

Há grande preocupação do setor quanto à nova redação proposta para o art. 289 da Lei 6.404/76. O Comitê tem trabalhado em conjunto com o Comitê de Relações Governamentais para a manutenção da redação atual, e essa convergência resultou na derrubada do parecer do relator, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, em 30 de maio deste ano, depois de grande movimentação apoiada pelos associados mais prejudicados pela medida. Em outubro, foi aprovado na CCJ.

⇒ **Reforma do Estatuto**

Em conjunto com o Comitê de Relações Governamentais, o Comitê Jurídico encaminhou a reforma do Estatuto da ANJ, aprovada em 19/9/07, durante a Assembléia Geral Extraordinária, realizada em Brasília.

10. COMITÊ MERCADO LEITOR

No período abrangido por este relatório, o Comitê Mercado Leitor realizou reuniões em 18/12/06, 8/2/07, 12/3/07, 25/4/07 e 17/5/07, todas em São Paulo. As reuniões, que ocorriam bimestralmente, passaram a ser mensais em 2007.

Nos encontros do Comitê foram discutidos os seguintes assuntos:

- Guia de Gerenciamento de Churn de Assinantes da Associação Americana de Jornais.
- Promoção de intercâmbio com os demais comitês da ANJ, em especial os de Tecnologia (Subcomitê de Logística) e de Gestão, com o objetivo de atuação coordenada no monitoramento de indicadores de performance de circulação e distribuição.

- Organização do Seminário de Circulação, realizado nos dias 17 e 18 de setembro de 2007, em São Paulo.
- Definição dos temas para o Seminário: Clubes de Assinantes, retenção de fidelização de assinantes, gestão de cobrança/recuperação de assinaturas, canais de vendas de assinaturas, listas, mailings e segmentação de prospects para aquisição de assinantes, venda avulsa: reparte e encalhe, venda avulsa: programas de aberturas de pontos de venda, produtos agregados, distribuição e logística, edições eletrônicas/internet, indicadores de performance em call-centers, qualificação de pessoas em call-centers, remuneração de equipes de vendas e pesquisas.
- Aprovação de palestrante internacional para o Seminário, com indicação de representante do jornal Sacramento Bee (EUA).
- Busca de patrocínios para o Seminário.

Nos dias 17 e 18 de setembro, em São Paulo, o Comitê realizou, com grande sucesso, o VI Seminário Nacional de Circulação. Mais de 300 participantes estiveram presentes, incluindo representantes da Argentina, Paraguai, Colômbia, Panamá, Honduras e El Salvador. O evento, aberto pelo vice-presidente de Circulação da Associação Mundial de Jornais, John Murray, foi patrocinado pelo Banco Banca, CD Promo, Datastore e Editora Abril. Durante os dois dias de reunião, foram abordados os temas mais relevantes do setor, como a conquista do público jovem, a maior eficiência na entrega dos jornais aos leitores e a integração da área de Circulação com as outras áreas do jornal.

11. COMITÊ DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Criado durante a gestão 2006-2008, o Comitê de Responsabilidade Social foi implementado em maio de 2007, com o convite feito a Guilherme Döring Cunha Pereira, presidente da Gazeta do Povo, de Curitiba (PR), e integrante do Conselho de Administração da ANJ, para assumir o cargo de Conselheiro Responsável por esse Comitê. Nesse mesmo mês, foi indicada a jornalista Clarice Guterres López de Alda, diretora executiva do IRPC/Gazeta do Povo, para assumir a diretoria executiva do novo Comitê, que vem trabalhando a proposta de estruturação e seu foco de atuação.

O Comitê é voltado a desenvolver atividades nas três áreas nas quais todas as empresas de comunicação estão diretamente envolvidas quando o tema é responsabilidade social – conteúdo, gestão e investimento social privado (Projeto Jornal e Educação).

Cada um desses temas vai merecer um subcomitê que atuará em conjunto com outros comitês da ANJ, a saber: Comitê Editorial e Comitê de Gestão, com o objetivo de desenvolver programas de Responsabilidade Social que venham a oferecer contribuição direta aos jornais associados.

Num primeiro momento, porém, o Comitê recém-criado tem dirigido suas ações para a viabilização da proposta de reestruturação do Programa Jornal e Educação.

Na agenda das áreas de gestão e conteúdos, cujo trabalho ainda não teve início, foram realizados entendimentos com o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, a fim de estabelecer parceria com a ANJ, com o objetivo de oferecer aos jornais associados orientação para a aplicação de práticas de responsabilidade social. A questão está sob exame da Diretoria.

Como apoio ao Comitê, foi contratada uma secretária executiva, que atua escritório da ANJ, em Brasília.

⇒ Programa Jornal e Educação

A partir de agora, sem abrir mão da fundamentação pedagógica construída ao longo dos anos, o Programa Jornal e Educação, gerido pelo Subcomitê Jornal e Educação, adquire características de interesse empresarial e deve desenvolver indicadores capazes de motivar a continuidade dos projetos existentes e motivar outras organizações jornalísticas a levarem seus veículos para dentro das escolas.

As mudanças propostas estão alinhadas à perspectiva da Responsabilidade Social Empresarial e prevêm, dentre outras, a descentralização de gestão e a valorização das experiências regionais.

O primeiro passo desse processo foi dado em São Paulo, no dia 17 de maio de 2007, quando foi realizada a 1.ª Reunião do Programa Jornal e Educação, com a participação do diretor executivo da ANJ, Antonio Athayde, do diretor executivo do Movimento Todos pela Educação, Mozart Neves Ramos, e dos coordenadores de Programas das Regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Nessa reunião foram criados grupos de discussão para elaboração de proposta de atuação do Programa para o período de 2007-2008, bem como foram convidados alguns coordenadores a assumirem as funções de coordenadores regionais e articuladores estaduais de programas em suas regiões.

Na agenda da reestruturação do Programa de Jornal e Educação foram agendadas reuniões em todas as cinco regiões do país, o fortalecimento da parceria com o Movimento Todos pela Educação, a mudança no site do programa, a construção de campanha nacional de mídia e a contratação de empresa de pesquisa para construção dos indicadores empresariais e sociais do Programa.

As reuniões regionais do Jornal e Educação aconteceram em 2007, segundo o seguinte calendário:

5 e 6 de julho – 1º Encontro de Jornal e Educação da Região Nordeste (Fortaleza) – Contou com 20 participantes, representando 14 jornais.

8 e 9 de agosto – 1º Encontro de Jornal e Educação das Regiões Norte e Centro Oeste (Brasília) – Contou com 14 participantes, representando 10 jornais.

16 e 17 de setembro – 1º Encontro de Jornal e Educação da Região Sudeste (São Paulo) - Contou com 34 participante, representando 26 jornais.

24 e 25 de outubro – 1º Encontro de Jornal e Educação da Região Sul (Florianópolis) – Contou com 24 participantes, representando 19 jornais.

Ainda na área do Programa Jornal e Educação, o Comitê assinou contrato com o Instituto Educare, para desenvolver trabalho de formatação e adequação à Lei Rouanet de dois projetos, que já foram entregues e protocolados no Ministério da Cultura. Um projeto propõe a criação de prêmio direcionado a professores e alunos, com o objetivo de promover a leitura e ações educativas tendo como ferramenta o meio Jornal. O outro propõe a produção de livro que abordará uma série de eventos sobre experiências na área do Programa Jornal e Educação.

VII. ATIVIDADES DA DIRETORIA EXECUTIVA

No início de 2007, a Diretoria Executiva da ANJ foi assumida por Antonio Athayde, que empreendeu uma série de mudanças no funcionamento da estrutura administrativa da entidade. Entre elas, destacam-se:

- Contratação da empresa BDO Trevisam para proceder auditoria na contabilidade da ANJ.
- Contratação da empresa Simples para reformulação do site da ANJ.
- Contratação de novo escritório de contabilidade.
- Contratação da empresa M1 para fazer levantamento sobre a realidade da circulação de jornais no Brasil.
- Transformação de pessoas físicas, contratadas pela ANJ, em pessoas jurídicas.
- Adequação do quadro de funcionários, objetivando maior eficiência e produtividade.
- Rescisão do contrato de terceirização do Programa Jornal e Educação.
- Criação de um escritório da ANJ em São Paulo.
- Contratação de link dedicado na internet para melhoria na internet.
- Terceirização do gerenciamento da guarda dos arquivos da ANJ.